

Do relato à tradução comentada: as mulheres guerreiras da Amazônia do início do séc. XX

From a report to a translation with commentary: the warlike women of the Amazon in the beginning of the 20th century

Sinara de Oliveira Branco

Universidade Federal de Campina Grande
 Campina Grande, Paraíba, Brasil
 sinarabranco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2739-2254> 

Marília Bezerra Cacho

Universidade Federal de Campina Grande
 Campina Grande, Paraíba, Brasil
 marilia.cacho@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-5594-3536> 

Resumo: Este artigo objetiva descrever nossa trajetória para a tradução do texto *The Warlike Women of the Amazon: A historical study*, escrito por Richard Spruce durante a segunda metade do século XIX e publicado em 1908, desde sua seleção, passando pelas inquietações, escolhas tradutórias e justificativas, que são atravessadas pelas subcompetências tradutórias (Hurtado Albir, 2020), desencadeando no texto traduzido (TT). O TT caracteriza-se como uma tradução comentada sobre o processo tradutório experienciado, explicitando aspectos que consideramos relevantes durante as fases de leitura, orientação, redação e revisão (Jakobsen, 2002). Destacamos a importância de se considerar o aspecto linguístico-histórico a partir de uma compreensão de mundo que extrapola o conhecimento linguístico necessário para uma tradução. Tal perspectiva resultou em um trabalho permeado de subjetividade, refletindo sobre ética e reconhecendo o momento da construção textual de uma tradução sobre os povos originários e suas mulheres como o momento ideal para apresentarmos a relevância do Outro (Berman, 2013) como sendo os indígenas, seus territórios, autogovernança e soberania.

Palavras-chave: mulheres guerreiras amazônicas; povos indígenas, tradução comentada; subcompetências tradutórias; contexto linguístico-histórico.

Abstract: This paper aims at describing our procedures to translate the text *The Warlike Women of the Amazon: A historical study*, written by Richard Spruce during the second half of the 19th century and published in 1908. We describe our dialogues since from the selection of the text, passing through concerns, translation choices and justifications, which are crossed by translation subcompetences (Hurtado Albir, 2020), triggering in the translated text which is characterized as a translation with commentary about the experienced translation process, explaining aspects that we consider relevant during the reading, orientation, drafting and revision phases (Jakobsen, 2002). We highlight the importance of considering the linguistic-historical aspect based on the understanding of the world that goes beyond the necessary linguistic knowledge to translate a text. This perspective resulted in a work

permeated with subjectivity, reflecting on ethics and recognizing the moment of textual construction of a translation about indigenous peoples and women as the ideal moment to present the relevance of the Other (Berman, 2013) as being the indigenous, their territories, self-governance and sovereignty.

Keywords: Amazonian warlike women; indigenous peoples; translation with commentary; translation subcompetences; linguistic-historical context.

I. Contextualizando o trabalho de tradução

O contexto aqui apresentado diz respeito à tradução de um capítulo da obra *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*, de Richard Spruce, publicada em 1908. Spruce (1817 – 1893) foi um geólogo, botânico, antropólogo, linguista e desbravador inglês que promoveu, entre os anos de 1849 e 1864, um estudo atento sobre a flora e costumes dos povos da região amazônica. Graças a sua habilidade linguística e sendo falante de francês, espanhol e português, Spruce desenvolveu seu estudo, tendo em mente a observação político-histórico-social das tribos da Amazônia e Andes. Sua contribuição sobre as crenças e práticas nativas, bem como sobre as propriedades e usos das plantas amazônicas, ganha destaque aqui através da tradução comentada do capítulo XXVI – “The Warlike Women of the Amazon: A historical study” –, que trata das mulheres guerreiras da Amazônia. A escolha por esse capítulo se deu, especialmente, por nossa curiosidade em conhecer o relato do desbravador, que compartilhou o seu conhecimento pormenorizado de experiências por ele vivenciadas na Amazônia. Além disso, objetivamos tornar cada vez mais visível a representatividade de mulheres indígenas e a importância delas para a Amazônia desde a época do “achamento do Brasil”, utilizando o termo de Wyler (2003).

Antes de adentrarmos no processo tradutório detalhadamente, consideramos relevante tratar um pouco do gênero aqui em destaque. O gênero relato evidencia um acontecimento ou fato em forma, por exemplo, de diário, notícia ou nota, sendo caracterizado por uma narrativa curta e, por essa razão, o autor deve sintetizar pontos considerados relevantes, enfatizando o que deseja destacar como essencial. Neste caso, temos o segundo volume da obra, referente a 15 anos de estudo em forma de notas digitalizadas pelo Internet Archive [Arquivo Digital] em 2007, patrocinado pela Microsoft Corporation. O volume 2 da obra de Spruce inicia-se no capítulo XV e vai até o capítulo XXVIII e contém 572 páginas. A tradução comentada, segundo Williams e Chesterman (2009), é desenvolvida através de uma pesquisa introspectiva e retrospectiva a partir de comentários das tradutoras sobre seus processos tradutórios. A atividade de tradução é apresentada sob a perspectiva das tradutoras, que refletem sobre aspectos que julgam relevantes sobre o texto de partida e suas justificativas para as soluções de problemas tradutórios. Zavaglia et al (2015) apontam que o trabalho de tradução comentada é merecedor de cada vez mais discussão e aprimoramento, evidenciando o processo tradutório e seu resultado, apresentando os procedimentos e estratégias adotadas pelas tradutoras, analisando o trabalho e descrevendo o embasamento teórico-metodológico escolhido, usando, para tanto, o modelo descritivo.

Sigamos para o desenvolvimento teórico-prático deste trabalho.

2. A subjetividade e ética na prática tradutória: a linguagem aplicada à escrita tradutória

Tendo em mente que a escrita tradutória dialoga com questões linguísticas, literárias, tecnológicas e socioculturais e que a teoria da tradução está relacionada à literalidade e à criatividade, há a possibilidade, como afirma Frota (2000), de considerarmos a relação tradutor-texto por um prisma dicotomizador, levando-nos a enxergar o tradutor como um agente subjetivista ou como um agente neutro. Na realidade, seguindo a lógica de Frota (2000), o tradutor é um agente que toma decisões ora baseadas em questões subjetivas, ora buscando uma “neutralidade”, em ambos os casos, tendo a ética como fator permanente. A tradução comentada reforça a subjetividade do agente tradutor,



revelando um processo reflexivo e consciente do seu trabalho. Ou seja, as inquietações, escolhas e justificativas que se desenharam durante o processo tradutório, e que ficam ocultas quando apenas o produto tradutório é experienciado, transparecem através dos comentários das tradutoras, dando-as visibilidade e voz.

Para que a tradução se estabeleça, as tradutoras fazem uso da competência tradutória, definida por Hurtado Albir (2020, p. 379) como um “sistema subjacente de conhecimentos declarativos e essencialmente operacionais, necessários para traduzir.”. Nesse sistema, estão incluídos conhecimentos especializados, operacionais (saber como) e declarativos (saber o quê), além de subcompetências interconectadas, componentes psicofisiológicos e estratégia para que a competência tradutória se materialize no produto final.

As subcompetências listadas por Hurtado Albir (2020) são: i) a subcompetência bilíngue (conhecimentos pragmáticos e sociolinguísticos necessários para que a comunicação entre as duas línguas se estabeleça); ii) a subcompetência extralinguística (conhecimentos biculturais, enciclopédicos, temáticos, textuais e léxico-gramaticais sobre o mundo); iii) a subcompetência de conhecimentos sobre tradução (conhecimentos sobre aspectos profissionais sobre a tradução); iv) a subcompetência instrumental (conhecimentos relativos ao uso de recursos tecnológicos aplicados à tradução); v) e a subcompetência estratégica (conhecimentos que permitem que a tradução seja planejada, monitorada e eficaz, atingindo o objetivo do projeto de tradução). Ao longo dos nossos comentários, apresentaremos como as subcompetências se materializaram no processo e no produto final da tradução.

Os componentes psicofisiológicos são definidos por Hurtado Albir (2020, p. 381) como sendo “componentes cognitivos e aspectos atitudinais de todos os tipos, e mecanismos psicomotores (memória, curiosidade intelectual, perseverança, rigor, espírito crítico, criatividade, raciocínio lógico, etc.)”. Acreditamos que esses mecanismos são o espírito de uma tradução, pois são exigidos pelo processo e estão envolvidos nas subcompetências listadas anteriormente.

A competência tradutória torna-se palpável através da subcompetência bilíngue, já que, através dela, os segmentos linguísticos, sociais e culturais da língua de partida (LP) são relacionados com a língua de chegada (LC) e se materializam no produto da tradução, que foi alcançado, buscando minimizar questões que possam gerar dubiedade ou desvio de sentido, considerando a seleção lexical da forma mais adequada ao ato tradutório específico, levando em consideração: i) o público-alvo; ii) o propósito da tradução; e iii) o contexto tradutório (cf. Nord, 1991 e 1997).

A agenda tradutória adotada aqui tomou como base o fator histórico-cultural, seguindo Katan (2004), que define cultura como aquilo com o que nos identificamos. Seguindo esse parâmetro, compreendemos que para nos tornarmos membros de uma cultura, devemos compartilhar crenças em cada nível dessa cultura, que são: i) biológico; ii) emocional; iii) intelectual; e iv) estético. A partir dessa identificação, as tomadas de decisão em processo tradutório vão se construindo. Assim, propusemos que os aspectos a serem levados em consideração ao traduzir fossem: (1) critérios e estratégias de tradução utilizadas e o propósito, a partir da descrição de um público-alvo imaginado; e (2) observação do papel da língua de chegada para o contexto tradutório, tendo em mente a agenda de tradução.

3. A tradução a quatro mãos

Comentamos neste espaço a experiência com o texto de partida (TP) e a construção do texto de chegada (TC), levando em consideração as fases (Jakobsen, 2002) que percorremos no processo tradutório: a fase de leitura e orientação, a fase de redação e a fase de revisão. Mas, primeiramente, explicaremos a escolha do texto que foi traduzido.

Antes da escolha do capítulo XXVI, do livro *Notes of a Botanist on the Amazon and Andes*, lemos partes do volume e observamos o sumário. Cada capítulo tinha a sua peculiaridade para nos deixar envolvidas com a leitura, mas o termo “warlike women” cativou o nosso interesse. Além do interesse sobre quem seriam as mulheres guerreiras num contexto amazônico e como elas seriam descritas sob o olhar de um viajante estrangeiro, durante o período de “achamento” e grande exploração do Brasil,

também consideramos um aspecto prático da tradução: a legibilidade do texto. Esta preocupação se legitimou devido à data de publicação do texto (início do século XX) e a condição de disponibilização, já que o texto não é originalmente digital, tendo sido escaneado. Após a certificação de que seria possível fazer a leitura completa do texto, seguimos para a tradução, iniciando-se, neste momento, a fase de orientação do processo tradutório. Nessa fase, lemos o texto, buscando compreendê-lo e, quando necessário, fizemos pesquisas sobre o tema.

Apesar de serem apresentadas separadamente, o autor esclarece que as fases podem ocorrer simultaneamente, caracterizando uma orientação em tempo real, o que, de fato, aconteceu durante nossa tradução. Ou seja, durante a fase de redação, precisamos recorrer a pesquisas constantes, que caracterizam a fase de orientação. A subcompetência extralinguística (Hurtado Albir, 2020) conduziu os momentos nos quais precisamos ampliar nosso conhecimento de mundo sobre o assunto, levando-nos a reflexões que ultrapassaram o reconhecimento das palavras do texto de partida e gerando problematizações sobre aspectos históricos durante a tradução do texto.

A obra como um todo e o fator histórico-temporal nos trouxeram alguns dilemas, dentre eles, ao lidarmos com os termos de tratamento dos povos originários, pesquisamos outras traduções, sites e glossários de línguas indígenas. O termo “*Indian*” foi traduzido como “índio”, levando em consideração Frota (2000) e a relação das tradutoras e da linguagem do TP e a linguagem a ser produzida para o TC como um entrecruzamento de efeitos, tanto de subjetividade quanto de reprodução ética de sentidos. Este dilema girou em torno da possibilidade de traduzir o termo como “indígena”, um vocábulo defendido e utilizado na atualidade, no sentido de designar alguém natural de determinado lugar e para se pensar nas especificidades existentes entre os povos originários, como aponta a professora e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Márcia Mura, na matéria para o site GI, intitulada “Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos”. A historiadora acrescenta que o termo “índio” contraria tal ideia, generalizando, através de uma perspectiva colonizadora e eurócentrica, a falácia de que todos os indígenas são iguais, atrasados, e desrespeitando suas diferenças linguísticas e culturais. Daniel Munduruku, escritor indígena, doutor em educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística, para a mesma matéria, une-se ao pensamento de Márcia Mura e enfatiza:

Os colonizadores portugueses e espanhóis, principalmente, usavam a palavra ‘índio’ para qualquer povo originário que encontravam pelo território. É um termo raso, que não considera qualquer traço individual destes povos. O que estes mesmos povos tentam fazer agora é tomar para si o direito de se definirem e de mostrar que são mais do que o termo exprime. (Munduruku como citado em Santos, 2022)

Concordamos com a visão e justificativas apresentadas, e é por isso que utilizamos o termo “índio”, buscando oferecer um olhar para o que não devemos mais repetir, relembrando termos e situações de um momento histórico que retirou dos povos originários suas bases territoriais, direito à vida, autoestima e soberania. Buscamos, assim, um momento para refletir sobre esses termos rasos, como caracterizado por Munduruku, seguindo a visão de Beard (2010), que considera a intervenção tradutória não como criação, mas como uma intervenção singular – ora cultural, ora ideológica.

Na tradução comentada intitulada “Coudreau e os indígenas da Guiana Francesa: expedições do século XIX”, Alves, Fernandes e Debibakas (2023) também revelam a escolha do termo “indígena” e não “índio”, justificados pela obsolência do segundo termo, apesar de dicionarizado na língua portuguesa brasileira.

Concordamos que o termo é desatualizado e com seu caráter depreciativo, como apresentado pelos estudiosos mencionados. No entanto, optamos pelo uso do termo “índio”, utilizando a palavra “indígena” aqui apenas na função adjetiva, buscando utilizar uma linguagem preexistente aos sujeitos tradutores e, consequentemente, nos sujeitando a essa linguagem, entendendo nosso papel de compartilhamento de uma estrutura linguística que ora nos provoca o assujeitamento e ora nos provoca o rompimento linguístico e a necessária atualização linguístico-discursiva. Buscando participar

de forma ética e construtiva, optamos pela subjetividade que nos levou de volta ao período histórico de início do século XX e exemplificamos um dos resultados:

Quadro 1: exemplificação do uso do termo “índio” no texto de chegada

Texto de partida	Texto de chegada
<p><i>As to the account given to Orellana by an Indian whom he captured some way farther down the river, about the whole country being subject to warlike women who were very rich in gold and silver, and had five houses of the sun plated with gold, while their own dwellings were of stone and their cities were fortified, Orellana merely repeats it as it was told to him, evidently, however, believing it himself; nor ought we to accuse him of credulity when we call to mind that he had lately left in Peru a reality in some respects more wondrous than this report.</i> (Spruce, 1908, p. 459-60)</p>	<p>Com relação ao relato feito a Orellana por um índio, que ele capturou mais adiante no rio, sobre todo o local estar sob domínio das mulheres guerreiras que eram muito ricas de ouro e prata, e tinham cinco casas do sol revestidas de ouro, enquanto suas habitações eram feitas de pedra e suas cidades eram fortificadas, Orellana meramente repete isso como lhe foi contado, evidentemente, entretanto, ele mesmo acreditando; nós não devemos acusá-lo de credulidade quando nos lembramos que ele havia, recentemente, deixado uma realidade no Peru em alguns aspectos mais maravilhosa do que este relato.</p>

Fonte: Autoras (2024)

Dessa forma, apesar de concordarmos e utilizarmos o termo “indígena” ao nos referirmos aos povos originários, entendemos que empregá-lo na tradução do texto de Spruce seria um rompimento com o olhar colonizador dos que fizeram parte do achamento do Brasil e que não distinguiam os vários povos originários. É a subcompetência de conhecimentos sobre tradução (Hurtado Albir, 2020) que nos permite alcançar a compreensão de que, ao mesmo tempo que nos aproximamos do texto de partida, precisamos nos afastar de algumas de nossas crenças para que o contexto linguístico-histórico no qual o texto foi escrito seja mantido e alcançado pelos leitores da atualidade.

Outro aspecto que exigiu nossa subcompetência extralingüística foi a escrita dos nomes dos povos indígenas, apesar de, aparentemente, se relacionar apenas com a subcompetência linguística. Em língua inglesa, no texto de Spruce, os nomes dos povos indígenas estão escritos com inicial maiúscula (ex.: *Xarayes Indians*), assim como as nacionalidades (ex.: *Spanish chroniclers*). No entanto, em língua portuguesa, as nacionalidades são escritas com inicial minúscula (ex.: cronistas espanhóis). Buscamos, então, nos certificar sobre a escrita dos nomes dos povos indígenas. De acordo com a “Convenção para a grafia dos nomes tribais” (1954), “Os nomes tribais se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival.” (Convenção, 1954, p. 152). Portanto, seguimos o emprego da Convenção, como em: “*This brought them to another nation, the Siberis*” (Spruce, 1908, p. 462, grifo nosso) / Isso os levou até outro povo, o Siberis.

Ainda em torno dos nomes dos povos indígenas, optamos por aportuguesar de maneira informal o uso desses termos quando utilizados no plural. Bechara (1999) afirma:

Por convenção internacional de etnólogos, está há anos acertado que, em trabalhos científicos, os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: os tupi, os nambiquara, os caiuá, os tapirapé, os bântu, os somáli, etc. (Bechara, 1999, p. 129)

Considerando que o relato de Spruce não se caracteriza como um trabalho científico e que o autor faz uso do plural no termo indígena, traduzimos plurarizando artigos e nome dos povos, trazendo fluidez para a leitura em língua portuguesa: “*the Cunurís (Indians)*” (Spruce, 1908, p. 467) / os Cunurís (índios).

Outro dilema experienciado envolveu frases longas no TP, dificultando tanto a compreensão

de sentidos em alguns momentos quanto a tradução. Ou seja, durante uma tradução, os problemas que surgem não são apenas tradutórios, também podem acontecer os de compreensão (cf. Krings, 1986), que se caracterizam pela falta de entendimento do que está escrito no TP, como ilustrado no exemplo a seguir:

Quadro 2: exemplificação de dificuldade de compreensão

Texto de partida	Texto de chegada
<p><i>“The proofs that give assurance that there is a province of the Amazons on the banks of this river are so strong and convincing that it would be renouncing moral certainty to scruple giving credit to it.”</i> (Spruce, 1908, p. 472-473, grifo nosso)</p>	<p>As provas que confirmam a existência de uma província de amazonas nas margens do rio Amazonas são tão fortes e convincentes que seria renunciar à certeza moral ter escrúpulos em dar crédito à tal negação.</p>

Fonte: Autoras (2024)

Neste exemplo, o pronome “it” em destaque no TP gerou dificuldade de compreensão do seu referente devido ao tamanho do período, exigindo que as tradutoras confirmassem suas interpretações uma com a outra. Não encaramos esta dificuldade como um problema de escrita do autor do texto, mas como uma possibilidade de estilo ou pela informalidade do gênero relato.

Na fase de revisão, principalmente, buscamos manter a coerência textual a partir de nossas pesquisas e escolhas para solucionar os problemas tradutórios que encontramos. Portanto, na revisão, verificamos se havia alguma inconsistência interna no texto para que a leitura do público fosse o mais fluida possível. É uma fase importante para a consolidação da tradução, especialmente considerando o trabalho envolvendo duas tradutoras.

Apesar de ainda não ter sido mencionada, a subcompetência estratégica (Hurtado Albir, 2020) circulou por todo processo tradutório, desde o planejamento sobre como a tradução poderia acontecer a quatro mãos (considerando prazos, demandas e a materialidade do texto traduzido), passando pelo reconhecimento de problemas de tradução e os caminhos possíveis para suas resoluções, até chegarmos à verbalização sobre nosso processo por meio deste comentário da tradução. Através de uma reflexão metalinguística, acionamos nossos conhecimentos declarativos sobre a área de Estudos da Tradução para apresentarmos nossa voz aos leitores interessados em entender sobre como aconteceu o processo de tradução do texto, levando em conta o posicionamento de Berman (2013), ao reforçar que o objetivo de uma tradução deve dar sentido à comunicação, fundamentada em bases éticas, poéticas e filosóficas.

Como mencionado no parágrafo anterior, a subcompetência estratégica está presente durante o processo tradutório, gerenciando as demais subcompetências. Mas não podemos nos esquecer dos componentes psicofisiológicos (Hurtado Albir, 2020), pois sem criticidade, curiosidade pelo constante aprendizado sobre os diversos aspectos da vida humana, capacidade de trabalhar em equipe, pensando em prazos, justificando nossas escolhas tradutórias e cedendo algumas delas num trabalho a quatro mãos, não conseguiríamos ter cumprido nosso trabalho com uma tradução que consideramos adequada.

4. Considerações finais

Concluída a tradução aqui proposta, lembramos uma fala de Gwen Westerman, professora de literaturas de língua inglesa da Universidade do Estado de Minnesota, membro da tribo Sioux, citada por Beard (2010, p. 152), que diz: “Se vocês escutarem nossas estórias com atenção, vocês podem ouvir nossa terra falando”. A professora trata de questões éticas e do trabalho de ensino de culturas dos povos originários a partir da aplicação de textos indígenas em sala de aula. Além disso, há o necessário reforço sobre a necessidade de os povos originários conservarem ou recuperarem seus territórios, mantendo o direito à vida e à conservação de sua cultura, autoestima e autonomia. Levando em con-

sideração esses fatores, propusemos uma agenda tradutória que não tratasse a função das tradutoras como uma criação, mas como uma intervenção pontual, também tratada no inconsciente ideológico.

Beard (2010) dialoga com Frota (2000) ao citar os lapsos de escrita ou leitura, até mesmo lapso de ações, como resultado de uma intenção consciente contrariada. Os atos casuais aqui elencados refletem o esforço de as tradutoras manterem a coerência e relação com o TP, não descartando a necessidade urgente de marcar a importância de divulgar questões voltadas aos povos originários e, mais especificamente, às mulheres guerreiras indígenas da época do achamento do Brasil. Seguimos, assim, a visão das autoras aqui citadas e acrescentamos ao nosso escopo tradutório a menção de Berman (2013) sobre o objetivo tradutório mais profundo, que deve conter ética, poética e, de alguma forma, filosofia. Como relação à dita fidelidade e exatidão, Berman (2013, p. 95) diz referirem-se à postura do homem sobre si mesmo, assim como ao mundo e à nossa existência, todos esses pontos entrelaçados na construção textual, que deve ser um ato ético, que “consiste em reconhecer e receber o Outro enquanto Outro”. Dessa forma, buscamos aqui deixar o Outro se revelar e manifestar o seu estado e necessidades, (re)comunicando, na atualidade, o que foi comunicado em 1908, a partir de Spruce.

Destacamos também a importância dos Estudos da Tradução para a compreensão de questões históricas, neste caso, referente ao achamento do Brasil e às tentativas de contato com as mulheres guerreiras indígenas. Além das informações do TP que a tradução permite divulgar no português brasileiro, restam alguns questionamentos, tais como: qual seria o real interesse dos exploradores em alcançar as amazonas? Tais interesses incluíam a compreensão de sua cultura? Ou consideravam a exploração territorial e sexual? O relato de Spruce é curto e não traz evidências pessoais de contato com essas mulheres. No entanto, é um pequeno recorte de um passado que merece atenção para que possamos compreender o presente histórico do Brasil e como a história dos povos originários pode ser revisitada através de várias lentes.

Referências

Alves, M. J. S., Fernandes, G. F., & Debibakas, A. (2023). Coudreau e os indígenas da Guiana Francesa: expedições do século XIX. *Cadernos de Tradução*, 43 (2), pp. 319-335, DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e9611>

Beard, L. J. (2010). Traduzindo culturas: questões éticas ao lecionar narrativas de vida de outras culturas. In Liane Schneider & A. C. M. Lúcio (Orgs.). *Cultura e Tradução: Interfaces entre cultura e prática*. (pp. 145-161). Ideia.

Bechara, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37. Lucerna.

Berman, A. (2013). *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. (Trad. Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan & Andreia Guerini). PGET/UFSC.

Convenção para a grafia dos nomes tribais. (1954). *Revista de Antropologia*, 2 (2), pp. 150-152. <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>

Frota, M. P. (2000). *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise*. Pontes.

Hurtado Albir, A. (2020). Competência Tradutória e Formação por Competências. (Trad. L. T. Gomes). *Cadernos de Tradução*, 40 (1), pp. 367-416, DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2020v40n1p367>

Jokobsen, A. L. (2002). Translation drafting by professional translators and by translators students. (Hansen, G. ed.). *Empirical translation studies*. pp. 191-204. Samfundslitteratur.

Katan, D. (2004). *Translating Cultures: An introduction for translators, interpreters and mediators*. St. Jerome Publishing.

Krings, H. P. (1986). Translation problems and translation strategies of advanced German learners of French (L2). In J. House & S. Blum-Kulka (Eds.), *Interlingual and intercultural communication*. (pp. 263-275). Gunter Narr.

Nord, C. (1991). *Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis*. Rodopi.

Nord, C. (1997). *Translating as a purposeful activity*. St. Jerome.

Santos, E. (2022, April 19). Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos. *GI*. <https://gl.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>

Seaward, M. R. D. R. (2000). Spruce, botânico e desbravador da América do Sul. (Trad. J. C. Moreira). *Análise, História, Ciência da Saúde*, 7 (2), pp. 377-388. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300007>

Spruce, R. (1908). *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*. Macmillan and Co, Ltd. <https://ia800901.us.archive.org/5/items/notesofbotanisto00spruoft/notesofbotanisto00spruoft.pdf>

Williams, J., & Chesterman, A. (2009). *The Map: A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies*. St. Jerome.

Wyler, L. (2003). *Línguas, Poetas e Bacharéis: Uma crônica da tradução no Brasil*. Rocco.

Zavaglia, A., Renard, C. M. C., & Janczur, C. (2015) A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. *Aletria*, 25 (2), 331-352, DOI <https://doi.org/10.17851/2317-2096.25.2.331-352>

Notas

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: S. O. Branco; M.B. Cacho

Coleta de dados: S. O. Branco; M.B. Cacho

Análise de dados: S. O. Branco; M.B. Cacho

Discussão dos resultados: S. O. Branco; M.B. Cacho

Revisão e aprovação: S. O. Branco; M.B. Cacho

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelo(s) autor(es) mediante solicitação.

Licença de uso

Os autores cedem à Cadernos de Tradução os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista Cadernos de Tradução é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Marie Hélène Catherine Torres

Editores de seção

Andréia Guerini

Ingrid Bignardi

Revisão de normas técnicas

Ingrid Bignardi

Histórico

Recebido em: 20-10-2024

Aprovado em: 17-11-2024

Revisado em: 06-12-2024

Publicado em: Dezembro de 2024

